

Considerações sobre a autonomia na contemporaneidade¹

Considerations regarding autonomy in the contemporaneity

Claudete Bonatto Reichert ^{*,1}; Adriana Wagner ^{**,11}

¹ Professora da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. Psicóloga Perita
Examinadora do Trânsito do Estado do Rio Grande do Sul

¹¹ Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Dinâmica das Relações Familiares" da
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

[Endereço para correspondência](#)

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão da literatura sobre questões relativas a autonomia à luz do enfoque ecológico sistêmico, objetivando compreender alguns fatores envolvidos no processo do desenvolvimento de tal construto. A proposta deste estudo foi examinar na literatura o conceito de autonomia dos jovens em relação a seus pais e identificar possíveis relações entre as variáveis internas e externas a serem consideradas no processo educativo. Partimos do princípio de que a forma de pensar e a forma de agir são construídas na relação com o contexto socioeconômico-cultural em que o indivíduo se desenvolve. Concluímos que não podemos compreender e explicar o desenvolvimento da autonomia sem considerarmos o ambiente no qual tal processo se constitui.

Palavras-chave: Autonomia, Adolescência, Enfoque sistêmico.

ABSTRACT

This article presents a review of the literature on relative questions to autonomy by the light of the ecological systemic approach, aiming to understand some factors involved with the process of the development of this construction. The proposal of this study was to examine in the literature the concept of autonomy in the adolescence and to identify possible relations between the variables to be considered in the educative process. We start from the principle that the way of thinking and the way of acting are built in the relation with the social economical and cultural context where the individual is developed. It was concluded that we can not understand and explain the development of the autonomy without considering the environment where the process was made.

Keywords: Autonomy, Adolescence, Systemic approach.

Introdução

A aquisição da autonomia dos filhos é uma tarefa desenvolvimental, envolta de expectativas, e a família nem sempre está preparada para manejar tal evento.

Cada jovem, ao ingressar na adolescência, terá um incremento das influências que contribuirão ou não para o seu desenvolvimento. Nesta perspectiva, é consensual entre os estudiosos do tema que as alterações ocorridas na contemporaneidade têm modificado as relações familiares. Porém, a família continua sendo a instituição favorecedora da formação da pessoa, com a função de proteção, apoio e afeto.

Embora ao longo da vida de seus filhos os pais sejam os favorecedores da promoção do desenvolvimento humano, é inegável a força que outras instâncias, tais como o grupo de iguais, desempenha na fase da adolescência.

Como se sabe, a adolescência é um período da vida que compreende, segundo a Organização Mundial da Saúde (WHO, 1999), a faixa etária entre os 10 e 19 anos. No Brasil, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), é considerado adolescente o indivíduo entre 12 e 18 anos.

Nessa faixa etária, é fundamental considerar o contexto do sujeito, a fim de entender seu processo desenvolvimental. Já na década de 1990, Bronfenbrenner (1996) postula que os ambientes mais próximos da pessoa, como a escola, os amigos, os vizinhos e os avós, exercem um papel importante no desenvolvimento do indivíduo e, dentre outros, a aquisição da autonomia.

Posteriormente, os estudos sobre o desenvolvimento centraram-se na influência desses diferentes contextos, tais como a relação com os irmãos (CARTER; WOJKIEWICZ, 2000; BUMPUS; CROUTER; McHALE, 2001), com a escola (RIESCH et al., 2003), com os profissionais que lidam com o indivíduo (OLIVA, 1999), com os grupos de iguais (DEKOVIC; NOOM; MEEUS, 1997; Lopes et al., 2001; PACHECO,

1999; 2004), bem como com os fatores demográficos contextuais (SMETANA; ASQUITH, 1994; BOECKEL; SARRIERA; WAGNER, 2006; DE BEM; WAGNER, 2006), entre outros.

Elucidando a interdependência dos contextos no qual o indivíduo se desenvolve, Morin et al. (1996) escrevem que o sujeito é autor e ator de sua história e das diferentes histórias sociais, na medida em que são múltiplas as influências dos diversos sistemas de que participa. Neste sentido, para conhecer o potencial autônomo do sujeito, é fundamental compreender que tipo de relações o jovem estabelece na sua vida social. Nessa perspectiva, a autonomia é construída pelo próprio indivíduo, na medida em que existe uma relação de seu mundo interno, de sua própria auto-organização, com as condições externas em que ele se desenvolve.

A literatura, refletindo o que a realidade nos apresenta, descreve a adolescência como um período em que se evidencia confusão e necessidade de rupturas e mudanças (CARTER; Mc GOLDRICK, 1995). Para formar sua própria identidade, o jovem necessita abandonar, através de um processo de seleção, aqueles ensinamentos, desejos e valores que lhes foram transmitidos e que não lhe agradam, assim como deverá tomar para si aquilo que lhe convém, que deseja manter. Este processo requer uma revisão crítica das normas e limites e resulta um processo doloroso que poderá vir acompanhado de uma sensação de impotência ante a polaridade dependência-independência (RIOS GONZÁLES, 2005).

Neste período, se faz necessário introduzir mudanças na vida familiar, o que supõe acordos entre os pais e os filhos. Estas mudanças estão relacionadas à autoridade, disciplina, estilo de vida, estilo de educação e de comunicação e, principalmente, de adaptação – adaptação aqui entendida, segundo Ríos González (2005), a partir de um novo prisma: sob o olhar do adolescente, saber se localizar, enfrentar os novos desafios e demandas do período e, sob o olhar dos pais, permitir que os jovens assumam seus novos papéis, sua autonomia. Isto se tornará possível se os pais aprenderem a escutar seus filhos, mediante uma escuta seletiva, se souberem respeitar seus limites e se souberem compreender suas reações de forma empática.

Espera-se, portanto, que os pais respeitem a individualidade de seus filhos, para que eles consigam expressar sua afetividade, equilibrando assim a liberdade e, desta forma, estarão fomentando a autonomia.

Com base nessas premissas, muitos estudos têm se realizado, procurando compreender como se desenvolve, no seio da família, o processo de aquisição da autonomia no jovem. Entretanto, poucos são os estudos, na área da psicologia, que abordam esta temática num enfoque sistêmico e, mais especificamente no contexto brasileiro, que tem se revelado violento, competitivo e pouco protetor. Os pais sentem-se ambivalentes entre permitir que o filho vá em busca de suas metas, realize seus projetos, estabeleça-se por conta própria, e, ao mesmo tempo, têm receio das conseqüências de tal atitude frente à hostilidade deste contexto.

Assim sendo, este artigo apresenta uma revisão da literatura sobre esta temática à luz da teoria ecológica sistêmica (BRONFENBRENNER, 1996), buscando descrever que fatores estão envolvidos no desenvolvimento da autonomia na adolescência.

Autonomia: definindo conceitos

A autonomia é aqui entendida como a capacidade do sujeito decidir e agir por si mesmo, com o pressuposto de que o desenvolvimento e a aquisição desta habilidade sofrem a influência do contexto em que o jovem se desenvolve. Embora existam muitos estudos a respeito deste construto, o conceito de autonomia continua sendo difícil de compreender. Percebe-se que a autonomia é um conceito amplo e pode variar tanto no seu significado (conceito propriamente dito) quanto na sua aplicação (processo desenvolvimental).

Semanticamente, a palavra "autonomia" vem do grego, formada pelo adjetivo *autos* – que significa "o mesmo", "ele mesmo" e "por si mesmo" – e pela palavra *nomos* – que significa "compartilhamento", "lei do compartilhar", "instituição", "uso", "lei", "convenção". Neste sentido, autonomia significa propriamente a competência humana em "dar-se suas próprias leis" (SEGRE; SILVA; SCHRANM, 2005).

Filosoficamente, autonomia indica a condição de uma pessoa ser capaz de determinar por ela mesma a lei à qual se submeter. No enfoque da bioética, Segre, Silva e Schranm (2005) consideram uma propriedade constitutiva da pessoa humana, na medida em que o indivíduo escolhe suas normas e valores, faz projetos, toma decisões e age em consequência dessas escolhas.

Já no senso comum, a autonomia pode ser definida como uma condição de ser independente ou autogovernar-se (SPEAR; KULBOK, 2004).

Numa perspectiva desenvolvimental, a autonomia é conceituada de várias formas, porém relacionando-se sempre ao domínio psicossocial, visto que adquirir autonomia em relação aos pais e adquirir capacidade para decidir e agir por conta própria é uma das principais tarefas evolutivas dos seres humanos durante o período da adolescência (OLIVA; PARRA, 2001; NOOM; DEKOVIC; MEEUS, 2001; SPEAR; KULBOK, 2004; FLEMING, 2005).

O conceito de autonomia desde esta perspectiva, proposto por Spear e Kulbok (2004), indica que ela é um processo ativo, é um fenômeno orientado pelos pais e ocorre de forma gradual, que se inicia nos primórdios da existência e se estende ao longo do desenvolvimento do indivíduo. O desafio desse processo envolve o desejo de ser independente e, ao mesmo tempo, o de preservar a ligação com a família e a sociedade. Seu desenvolvimento sofre a influência de variáveis internas, tais como auto-estima, percepção do ambiente, relações com autoridade e desejo para a independência, assim como sofre influência de variáveis externas: estrutura familiar, comunicação familiar, presença ou ausência de controle e o ambiente emocional que envolve o indivíduo (BRONFENBRENNER, 1996; FUENTES, 2001; NOOM; DEKOVIC; MEEUS, 2001; OLIVA; PARRA, 2001).

Na literatura especializada na área (STEINBERG; SILVERBERG, 1986; FLEMING, 2005), a autonomia está definida como a habilidade para pensar, sentir, tomar decisões e agir por conta própria. Nesse sentido, o desenvolvimento da independência é um componente crucial para adquirir autonomia. Porém, autonomia e independência não podem ser consideradas como sinônimos (como popularmente são vistos), na medida em que independência refere-se à capacidade dos jovens agirem por conta própria. Nesse caso, uma alta independência é realmente necessária para se tornar autônomo, contudo a autonomia é mais que ter

comportamentos independentes. A autonomia também prevê pensamentos, sentimentos e tomadas de decisões que envolvem não só o próprio indivíduo, mas também as relações que estabelece com os outros membros da família, seus pares ou pessoas fora do ambiente familiar.

Neste prisma, o desenvolvimento da autonomia é parte do processo de desenvolvimento do jovem e envolve, necessariamente, transformações nas relações familiares com o intuito de preparar o adolescente para o ingresso na vida adulta, transformações estas que nem sempre os pais estão dispostos a realizar. Neste sentido, tanto os pais como os filhos desempenham um papel complementar na relação que estabelecem. Os filhos devem ser concebidos como sujeitos ativos na relação. Embora a criança seja educável e receptiva às orientações de seus pais, ela deve ser estimulada para conquistar sua liberdade pessoal, sua autonomia, cabendo aos pais elaborar significados reais a esta criança. Porém, embora os pais, na maioria das vezes, queiram o melhor para seus filhos e atuem neste sentido, nem sempre o melhor para eles é o melhor para a criança (TORNARIA; VANDEMEULEBROECKE; COLPIN, 2001; PALÁCIOS, 2001; KULIK, 2002).

Nessa mesma perspectiva, Noom (1999) define a autonomia como a habilidade para dirigir a própria vida, para definir metas, sentimentos de competência e habilidade para regular as próprias ações. Assim, como resultados de seus estudos, Noom, Dekovic e Meeus (1999) identificaram o aparecimento de três níveis de habilidades da autonomia que em muito têm auxiliado na compreensão desta temática. Tais níveis incluem a autonomia atitudinal, emocional e funcional, as quais se desenvolvem de acordo com o contexto no qual o indivíduo está inserido.

A autonomia atitudinal ou cognitiva refere-se à percepção de metas pelo exame das oportunidades e desejos, considerando os processos cognitivos para criar as possibilidades de fazer suas próprias escolhas. Ela se evidencia quando os jovens são hábeis para definir suas metas e pensar sobre seus atos.

Autonomia funcional ou condutual refere-se à percepção de estratégias pelo exame do auto-respeito e controle, capacidade de tomar decisões e tratar os próprios assuntos sem a ajuda dos pais. Consiste no processo regulador de desenvolvimento de estratégias para alcançar as próprias metas. É alcançada quando os adolescentes são hábeis para encontrar formas para atingir suas metas.

Já a **autonomia emocional** refere-se aos delicados processos de independência emocional em relação aos pais e aos pares. Ela realmente ocorre quando o jovem sente confiança em definir suas metas, independente dos desejos dos pais ou dos pares.

Exemplificando tais construtos e procurando conhecer a importância do contexto familiar no desenvolvimento do indivíduo, Reichert (2006) realizou um estudo com 168 jovens com idade de 14 e 15 anos, estudantes de uma escola particular da grande Porto Alegre. Neste estudo, segundo a percepção dos adolescentes, não existe diferença significativa entre os estilos disciplinares adotados por ambos os pais, ou seja, os filhos percebem ambos os pais como possuidores de estilos educativos semelhantes. Porém, referem que, quando a mãe se mostra controladora, sem disponibilizar afeto, os jovens demonstram mais dificuldade em encontrar formas para realizar suas metas, portanto, estilo materno autoritário tende a inibir o

desenvolvimento da autonomia funcional. Da mesma forma, os jovens percebem a mãe como sendo mais exigente, responsiva e intrusiva do que o pai.

Vê-se, pois, que tentar definir a autonomia sem deixar de considerar o contexto em que o jovem se desenvolve é uma tarefa que de nada ajuda na explicitação de tal fenômeno.

Fatores intervenientes no desenvolvimento da autonomia

De acordo com a literatura e pesquisas empíricas sobre o desenvolvimento da autonomia, a realidade social, política, econômica e cultural influencia a maneira como as famílias propiciam e/ou impedem seu desenvolvimento. Observa-se, portanto, que em culturas que valorizam a autonomia e a independência (como a cultura individualista norte-americana), é provável que um alto índice de autonomia seja desejável, diferentemente de uma cultura coletivista (como a cultura latino-americana), que valoriza a coesão familiar, na qual as metas são compartilhadas e os pais são mais intrusivos na educação dos filhos, controlando mediante atitudes de orientação e socialização (GARCIA; PERALBO, 2000).

Neste sentido, podemos identificar que, em nossa realidade, existe certa confusão quando nos referimos a esta temática. Por vezes, relacionamos a autonomia na crença do controle da sua própria vida; outras vezes, relacionamos com a possibilidade de ser livres, considerando a liberdade como possibilidade de fazer o que se quer, independente dos desejos e responsabilidade. Como se a liberdade do jovem excluísse "o outro", como se fosse necessário a desvinculação dos laços familiares, ao passo que autonomia, como hoje é entendida, supõe que o jovem possa, sim, ser livre, porém continuando a manter seus vínculos familiares. Não nos referimos ao estabelecimento de uma relação intrusiva, na qual os pais se intrometem, sem respeito aos desejos e valores de seus filhos, mas, sim, de uma relação baseada na confiança e responsabilidade mútuas.

Assim, cabe ressaltar que, dentre os três níveis de autonomia (a autonomia atitudinal, funcional ou emocional), a emocional é aquela sobre a qual mais os estudiosos têm se debruçado e que tem provocado um grande debate entre os teóricos do assunto. Por um lado, estudos apontam que, para haver a autonomia emocional, para a busca da independência ou individuação, é necessária a desvinculação afetiva paterna (STEINBERG; SILVERBERG, 1986). De outra parte, pesquisadores na década de 1980, como Ryan e Linch (1989), questionavam a necessidade da desvinculação afetiva como sendo necessária para o processo de individualização adolescente, na medida em que uma alta autonomia emocional indicaria, sob o enfoque da teoria do apego, falta de apoio e afeto, o que conduziria a um pobre autoconceito.

Ao abordar a conexão da organização do apego ao funcionamento psicossocial adolescente, mais especificamente à competência nas relações com os pais, presença de problemas de comportamentos internalizados (depressão e ansiedade) e presença de problemas de comportamentos externalizados (delinqüência), Allen et al. (1998) verificaram, a partir de 131 jovens de 14 a 18 anos e seus pais, que existe uma grande e profunda conexão entre o apego e o funcionamento

psicossocial. Identificaram que, quando o indivíduo se percebe com baixo autoconceito e apego inseguro, ele tende a internalizar problemas. Identificaram também que, embora exista direta relação entre segurança e externalização de comportamento e comportamento delinqüente, isto está relacionado com outros fatores de risco demográficos, como a baixa renda, por exemplo. Alto controle emocional foi associado com baixos níveis de desvio de comportamento.

Considerando os dados expostos, observa-se que nem a autonomia e nem o apego por si só garantem o ajustamento psicossocial durante a adolescência, na medida em que ambos são duas importantes metas desenvolvimentais e possuem funções adaptativas (NOOM; DEKOVIC; MEEUS, 1999). A condição mais apropriada para um resultado desenvolvimental positivo é a combinação da independência com um positivo ambiente social, já que, segundo os pesquisadores, o comportamento dos pais para com os adolescentes volta-se para o ensino de habilidades individuais e para o desenvolvimento de qualidades sociais. Os pais mostram caminhos para estimular aspectos, tanto cognitivos como afetivos e comportamentais, assim como estimulam o desenvolvimento da autonomia (habilidade para escolher e habilidade para acreditar em si mesmos e agir) e apego (habilidade para comunicar, acreditar nos outros e colaborar).

Pode-se então supor que a qualidade das relações pais-adolescentes constitui a chave para determinar se o processo vivido na etapa da adolescência será problemático e alienante ou uma transição saudável de mudança no sistema familiar. Estudos longitudinais têm demonstrado que as dificuldades que as famílias têm de manejar a autonomia adolescente é um fator preditivo da hostilidade adulta (ALLEN et al., 2002).

Neste sentido, a autonomia emocional na adolescência, quando num contexto de suporte parental, é vantajosa para o adolescente e facilita o desenvolvimento de competências. Ao mesmo tempo, pode ser vulnerável a dois tipos de experiências: a) adquirir autonomia emocional dos pais pode gerar sentimentos negativos, incluindo ansiedade e depressão; e b) pode testar os limites com os pais ou tornar-se mais sensível às demandas dos amigos em detrimento da família, o que poderá conduzir a atividades delinqüentes (LAMBORN; STEINBERG, 1993; KOBAC et al., 1993; ALLEN et al., 1994).

Contrariando estes achados, ainda nos anos noventa, Fuhrman e Holmbeck (1995) sugerem que, quando existe um bom clima emocional familiar, o escore de autonomia emocional é baixo e isto se associa com um positivo ajustamento adolescente. Entretanto, nem sempre podemos afirmar que alto ou baixo escore em autonomia emocional por si só produz um bom ajustamento psicossocial.

Tanto Lamborn e Steinberg (1993) como Fuhrman e Holmbeck (1995) sugerem que deve haver equilíbrio entre o adolescente e o contexto familiar, na medida em que a autonomia emocional pode ser adaptativa em ambientes estressantes. Neste caso, certa distância do ambiente familiar é benéfica para o adolescente. Da mesma forma, identificaram que aqueles adolescentes que possuem altos escores de autonomia emocional relatam menos apego com seus pais e menor uso de suporte emocional (FUHRMAN; HOLMBECK, 1995; ALLEN et al., 2002). A autonomia emocional, neste caso, seria uma tentativa de superar a imparcialidade dos pais. Esta imparcialidade pode ser positiva ou negativa, dependendo do incentivo ou da estagnação familiar.

É interessante assinalar também a importância de identificar o nível de risco experimentado pelos adolescentes e suas famílias e a conseqüente negociação de autonomia adolescente. Por exemplo, em contextos de alto risco acadêmico (abandono de estudos, reprovação, dez ou mais ausências e história de suspensão) e em contexto de alto risco social (localização da residência em zonas sem infraestrutura e renda familiar baixa), o comportamento dos pais que enfraquece a autonomia adolescente (como por exemplo levar e buscar o filho na escola e controlar horários) pode levá-lo a se sentir protegido e a promover uma relação mais positiva. Já num contexto de baixo risco, mostra ser super-proteção e pode ser entendido como manipulação. Neste sentido, a relação do processo para ter autonomia varia em diferentes níveis de risco. Os caminhos, então, para alcançar o desenvolvimento da autonomia adolescente são sistematicamente alterados, dependendo do nível de risco e desafios do contexto social (Mc ELHANCY; ALLEN, 2001).

Os dados apresentados em um interessante estudo realizado por Oliva e Parra (2001), com 513 jovens de 13 a 19 anos da província de Sevilha, na Espanha, vão de encontro a alguns achados anteriores, como por exemplo: em seus estudos não identificaram um aumento da autonomia emocional durante a adolescência, o que era citado por autores como Steinberg e Silverberg (1986) e Ryan e Lynck (1989). Identificaram, também, que os jovens que apresentaram maiores níveis de autonomia emocional viviam num contexto familiar mais conflitivo, possuindo piores relações com seus iguais, menor auto-estima e menor satisfação vital, o que estaria indicando um vínculo de apego inseguro com seus pais, refletindo uma falta de apoio e afeto no contexto familiar. Os resultados de seus estudos indicam que uma alta autonomia emocional não prediz um melhor ajuste psicológico em nenhuma circunstância, nem quando as relações familiares são positivas, nem quando são negativas; pelo contrário, tende a contribuir ao desajuste.

Tais resultados nos chamam a atenção na medida em que, por muito tempo, acreditava-se que para o jovem conseguir ingressar no mundo adulto, era necessário que ele tivesse alcançado autonomia emocional, que ele tivesse conseguido se desvincular de seus pais e de seus grupos de iguais, e, agora, se verifica que a autonomia emocional, por si só, não garante o sucesso maturacional.

Estes resultados contraditórios dos estudos podem ser explicados, em parte, se levarmos em conta o contexto social e cultural em que a família está inserida, pois se sabe que o contexto familiar é um importante mediador entre a autonomia e o nível de desenvolvimento adolescente.

No passado, a autonomia era vista como a consumação de um desejo desenvolvimental que focava a separação e afastamento da família. Hoje, a ênfase tem se deslocado em direção às metas para se manter vinculados, junto com a realização de algum nível de independência (SPEAR; KULBOK, 2004). Ainda que a literatura enfatize a necessidade dos adolescentes em desenvolver a autonomia e a independência, o ideal parece ser a dependência mútua. Entende-se aqui por dependência mútua a possibilidade do jovem conseguir agir por conta própria, ter comportamentos independentes, porém sem necessariamente afastar-se de sua família, a qual deve aceitar este movimento, permitindo o ir e vir do jovem.

Ao considerar os problemas advindos no desenvolvimento do adolescente, já na década de 1990, autores como Allen, Aber e Leadbeater (1990) referem que os

efeitos dos problemas podem, em parte, ser mediados pela interação com outros aspectos do meio ambiente social, assim como pela necessidade da aprovação familiar e do indivíduo para a prevenção de tais problemas de comportamento adolescente.

Da mesma forma, Allen, Aber e Leadbeater (1990) referem que o esforço para a intervenção sem considerar o meio social em que o indivíduo se desenvolve fica reduzido. Em contraste, considerar a interação dos fatores individuais e familiares com o ambiente significa ampliar a complexidade das intervenções psicossociais, tornando-as mais efetivas e reduzindo a incidência de problemas de comportamento. Desta forma, ao pensarmos nas intervenções, não podemos deixar de considerar as características próprias do indivíduo, associadas com as expectativas familiares, assim como os recursos disponíveis no contexto em que o jovem está inserido.

Considerações Finais

Partindo do que a literatura enfatiza, de que a autonomia é um processo dinâmico e um fenômeno orientado, podemos afirmar que esse fenômeno sofre influências de variáveis tanto internas como externas do contexto no qual se desenvolve.

A conquista da autonomia é um processo paulatino e diário, que se inicia desde os primórdios de nossa existência e, apesar de ser um processo particular, necessita do favorecimento do contexto social.

Nessa perspectiva, identificamos, hoje em dia, uma mudança nos modelos de educação familiar, permeados pelas distintas demandas trazidas pelas novas configurações familiares, assim como a flexibilização do exercício de papéis de homem e de mulher, somadas às exigências que foram surgindo nas últimas décadas em termos de segurança, conforto, estabilidade, entre outras.

A partir destas mudanças, existem ganhos que são inquestionáveis no que se refere à educação dos filhos, como, por exemplo, o acesso à informação, o qual comprometeu os progenitores a se mostrar mais disponíveis às necessidades de seus filhos, embora passem menos tempo juntos. A amplificação dos recursos tecnológicos e o conhecimento das demandas desenvolvimentais abrem caminho para uma maior possibilidade de comunicação e envolvimento entre pais e filhos. Entretanto, estas possibilidades não garantem a qualidade das relações que se estabelecem.

Em contrapartida, tem se observado também que os pais estão sobrecarregando os filhos com atividades que nem sempre são do interesse destes; que os pais, muitas vezes, com o objetivo de proteger o filho do mundo competitivo e hostil, impedem que ele próprio resolva suas dificuldades, retardando, desta maneira, o desenvolvimento de sua autonomia. O uso inadequado e abusivo do celular ou internet, por exemplo, tem reforçado tal comportamento dependente. Os jovens estabelecem um canal de comunicação virtual permanente com seus pais e isto os impede de estabelecer relações maduras, pois, diante de dificuldades, eles recorrem aos progenitores e não aos recursos dos pais que deveriam ter sido internalizados.

Como conseqüência desse modelo, os jovens atualmente levam mais tempo para sair de casa, para começar a trabalhar e para constituir uma nova família. Quando conseguem entrar no mercado de trabalho, possuem dificuldades em lidar com as exigências da realidade, dificuldades em lidar com níveis hierárquicos, com responsabilidades, sentindo-se injustiçados e incompreendidos, frustrando-se facilmente.

Diante disto, podemos dizer que autônomo é aquele indivíduo que tem iniciativa, que consegue identificar seus desejos, sabe como fazer para colocá-los em prática e toma para si a responsabilidade de seus atos. Autônomo é o indivíduo que reconhece suas potencialidades e suas fragilidades. Consegue expor suas emoções, pois está seguro de suas atitudes, tem confiança em si e nos outros, podendo mostrar-se sem se desvalorizar ou diminuir; tem confiança em si, em seu entorno.

Portanto, o sucesso ou insucesso desta importante tarefa desenvolvimental que é a aquisição da autonomia está relacionado com a percepção que o jovem possui do mundo que o rodeia. Se o jovem percebe o mundo de forma negativa, ele terá dificuldade em definir metas, encontrar formas de atingi-las e tomar decisões para alcançá-las.

Frente a isso, em uma sociedade na qual os pais têm se mostrado inseguros quanto às suas estratégias educativas, na qual os jovens percebem seus progenitores como pouco exigentes, e em que a comunicação familiar está cada vez mais superficial, é provável que o jovem venha a ter dificuldade em tomar decisões a respeito de sua vida. Em contrapartida, quando a sociedade se mostra receptiva aos desejos e necessidades dos jovens, ambos os pais utilizam estratégias educativas semelhantes, disponibilizando afeto com controle, quando o jovem possui um melhor autoconceito e mostra-se satisfeito consigo mesmo, é provável que ele consiga maiores níveis de desenvolvimento de sua autonomia em direção ao ingresso na vida adulta.

Referências Bibliográficas

ALLEN, J. P.; ABER, J. L.; LEADBEATER, B. J. Adolescent Problem behaviors: the influence of attachment and autonomy. **Psychiatric Clinics of North America**, Charlottesville, v. 13, n.3, p. 455-67, 1990.

ALLEN, J. P.; HAUSER, S. T.; BELL, K. L.; O'CONNOR, T. G. Longitudinal Assessment of autonomy and relatedness in adolescent-family interactions as predictors of adolescent ego development and self-esteem. **Child Development**, Charlottesville, v. 65, n. 1, p. 179-94, 1994.

ALLEN, J. P.; MOORE, C.; KUPERMINE, G.; BELL, K. Attachment and adolescent psychosocial functioning. **Child Development**, Charlottesville, v. 69, n. 5, p. 1406-1419, 1998.

ALLEN, J. P.; HAUSER, S. T.; BELL, K. L.; O'CONNOR, T. G. Prediction of peer-rated adult hostility from autonomy struggles in adolescent-family interactions.

Development and Psychopathology, Charlottesville, v. 14, n. 1, p. 123-137, 2002.

ALLEM, J. P.; MARSH, P.; McFARLAND, C.; McELHANEY, K. B.; LAND, D. J.; JODL, K. M.; PECK, S. Attachment and autonomy as predictors of the development of social skills and delinquency during mid adolescence. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, Charlottesville, v. 70, n. 1, p. 56-66, 2002.

BOECKEL, M. G.; SARRIERA, J. C.; WAGNER, A. Estrategias educativas familiares: reflexiones a partir de la teoría ecológica contextual. **Cuadernos de Terapia Familiar**, Madrid, v. 61, p. 195-205, 2006.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 16 jul. 1990, ret. 27 set. 1990.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BUMPUS, M. F.; CROUTER, A. C.; McHALE, S. M. Parental autonomy granting during adolescence: exploring gender differences in context. **Development Psychology**, Pennsylvania, v. 37, n. 2, p. 163-173, 2001.

CARTER, B.; Mc GOLDRICK, M. As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. In: CARTER, E.; McGOLDRICK, M. e cols. **As mudanças no ciclo da vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 07-29.

CARTER, R. S.; WOJTKIEWIEZ, R. A. Parental involvement with adolescent's education: do daughters or sons get more help? **Adolescence**, Louisiana, v. 35, n. 137, p. 29-44, 2000.

DE BEM, L. A.; WAGNER, A. Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconômico. **Psicologia em Estudo**, Porto Alegre, v. 1, n. 11, p. 63-71, 2006.

DEKOVOC, M.; NOOM, M. J.; MEEUS, W.. Expectations regarding development during adolescence: parental and adolescent perceptions. **Journal of Youth and Adolescence**, The Netherlands v. 26, n. 3, p. 253-272, 1997.

FLEMING, M. Adolescent autonomy: desire, achievement and disobeying pares between early and late adolescence. **Australian Journal of Education and Developmental Psychology**, Australia, n. 5, p. 1-16, 2005.

FUENTES, M. J. Los grupos, las interacciones entre compañeros y las relaciones de amistad en la infancia y adolescencia. In: LÓPEZ, F.; ETXEBARRIA, I.; FUENTES, M. J.; ORTIZ, M. J. (Coords.). **Desarrollo afectivo y social**. Madrid: Ediciones Pirámide, 2001.

FUHRMAN, T.; HOLMBECK, G. N. A contextual-moderator analysis of emotional autonomy and adjustment in adolescence. **Child Development**, Charlottesville, v. 66, n. 3, p. 793-811, 1995.

GARCÍA, M.; PERALBO, M. Cultura, aculturación y percepción de las relaciones familiares. **b**, España, n. 89, p. 81-101, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Censo Escolar de 2002**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/resultados.htm>>. Acesso em: 25 set. 2006.

KOBAK, R. R.; COLE, H. E.; FERENZ-GILLIES, R.; FLEMING, W. S.; GAMBLE, W. Attachment and emotion regulation during mother-teen problem solving: a control theory analysis. **Child Development**, Charlottesville, n. 64, p. 231-245, 1993.

KULIK, L. The impact of social background on gender-role ideology: parent's versus children's attitudes. **Journal of Family Issues**, Israel, v. 23, n. 1, p. 53-73, 2002.

LAMBORN, S. D.; STEINBERG, L. Emotional autonomy redux: revisiting Ryan and Lynch. **Child Development**, Charlottesville, n. 64, p. 483-499, 1993.

LOPES, F.; ETXEBARRIA, I.; FUENTES, M. J.; ORTIZ, M. J. (Coords.). **Desarrollo afectivo y social**. Madrid: Ediciones Pirâmide, 2001.

McELHANCY, K. B.; ALLEN, J. P. Autonomy and adolescent social functioning: the moderating effect of risk. **Child Development**, Charlottesville, v. 72, n. 1, p. 220-235, 2001.

MORIN, E.; PRIGOGINE, I. et al. **A sociedade em busca de valores**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

NOOM, M. J. Adolescent autonomy: characteristics and correlates. In: NOOM, M. J.; DEKOVIC, M.; MEEUS, W. H. J. Autonomy, attachment and psychosocial adjustment during adolescence: a double-edged sword?. **Journal of Adolescence**, The Netherlands, v. 22, n. 6, p. 771-783, 1999.

NOOM, M. J.; DEKOVIC, M.; MEEUS, W. H. J. Autonomy, attachment and psychosocial adjustment during adolescence: a double-edged sword?. **Journal of Adolescence**, v. 22, n. 6, p. 771-783, 1999.

NOOM, M. J.; DEKOVIC, M.; MEEUS, W. H. J. Conceptual analysis and measurement of adolescent autonomy. **Journal of Youth and Adolescence**, The Netherlands, v. 30, n. 5, p. 577-595, 2001.

OLIVA, A. Desarrollo social durante la adolescencia. In: PALACIOS, J.; MARCHESI, A.; COLL, C. (Cols.). **Desarrollo Psicológico y Educación**. Madrid: Alianza Editorial, 1999, p. 493-517.

OLIVA, A.; PARRA, A. (2001). Autonomía emocional durante la adolescencia. **Infancia y Aprendizaje**, Espanha, v. 24, n. 2, p. 181-196, 2001.

PACHECO, J. T. B. **Estilos parentais e o desenvolvimento de habilidades sociais na adolescência**. 1999. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PACHECO, J. T. B. **A construção do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais: uma análise a partir das práticas educativas e dos estilos parentais**. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PALÁCIOS, J. La familia y su papel en el desarrollo afectivo y social. In: LÓPEZ, F.; ETXEBARRIA, I.; FUENTES, M. J.; ORTIZ, M. J. (Coords.). **Desarrollo afectivo y social**. Madrid: Ediciones Pirámide, 2001. p. 267-284.

REICHERT, C. B. **Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais**. 2006. Dissertação Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia , PUC-RS, Porto Alegre.

RIESCH, S. K.; GRAY, J.; HOEFFS, M.; KEENAN, T.; ERTL, T.; MATHISON, K. Conflict and conflict resolution: parent and young teen perceptions. **Journal of Pediatric Health Care**, Madison, n. 17, p. 22-31, 2003.

RIOS GONZÁLES, J. A. **Los ciclos vitales de la familia y la pareja: ¿crisis u oportunidades?**. Madrid: Editorial CCS, 2005.

RYAN, L. M.; LYNCH, J. H. Emotional autonomy versus detachment: revisiting the vicissitudes of adolescence and Young adulthood. **Child Development**, n. 60, p. 340-356, 1989.

SEGRE, M.; SILVA, F. L.; SCHRAMM, F. R. O contexto histórico, semântico e filosófico do princípio de autonomia. **Portal do Médico**, 2005. Disponível em: <<http://www.portaldomedico.org.br/revista/bio1v6/conthistorico.htm>>. Acesso em: 30 set. 2006.

SMETANA, J. G.; ASQUITH, P. Adolescents and parents' conceptions of parental authority and personal autonomy. **Child Development**, v. 65, n. 4, p. 1.147-1.162, 1994.

SPEAR, H. J.; KULBOK, P. Autonomy and adolescence: a concept analysis. **Public Health Nursing**, Massachusetts, v. 60, n. 2, p. 144-152, 2004.

STEINBERG, L.; SILVERBERG, S. B. The vicissitudes of autonomy in early adolescence. **Development**, Madison, n. 57, p. 841-851, 1986.

TORNARIA, M. L. G.; VANDEMEULEBROECKE, L.; COLPIN, H. **Pedagogia familiar**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2001.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Programing for adolescent-health and development report**. WHO/UNFPA/UNICEF, st., 1999.

Endereço para correspondência

Endereço eletrônico: cbonato@terra.com.br

Recebido em: 04/01/2007

Aceito parapublicação em: 25/05/2007

Notas

* Mestre em Psicologia social e da Personalidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Bolsista CAPES.

** Doutora, bolsista produtividade CNPq.

¹ Este trabalho é derivado da dissertação de Mestrado intitulada Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais, realizada pela primeira autora e orientada pela segunda.